

COMISSÃO DO ESPORTE

PROJETO DE LEI Nº 21, DE 2025

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Treinador de Musculação e Fisiculturismo no Brasil e dá outras providências.

Autora: Deputada RENATA ABREU

Relator: Deputado JULIO CESAR RIBEIRO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 21, de 2025, de autoria da nobre deputada Renata Abreu, tem como objetivo regulamentar a profissão de Treinador de Musculação e Fisiculturismo no Brasil.

O conteúdo normativo do Projeto de Lei contém, entre outras disposições, a definição de Treinador de Musculação e Fisiculturismo (art. 3º), a indicação dos requisitos de qualificação para o exercício da profissão (art. 4º), o rol das competências do Treinador de Musculação e Fisiculturismo (art. 5º), os seus direitos (art. 6º) e deveres (art. 7º) e a previsão de sanções administrativas para o exercício irregular da profissão (art. 9º).

O projeto foi distribuído às Comissões de Esporte; de Trabalho e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD), tramita sob rito ordinário (art. 151, III do RICD) e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II do RICD).

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição. O projeto não possui apensos.

É o Relatório.



II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei em análise, de autoria da deputada Renata Abreu, tem como objetivo inicial regulamentar a profissão de Treinador de Musculação e Fisiculturismo no Brasil, nos termos do art. 5º, inciso XIII, da Constituição Federal, que assegura a liberdade ao exercício profissional, condicionada às qualificações previstas em lei. Cabe ao Poder Legislativo, portanto, estabelecer critérios técnicos para atividades cujo exercício envolva riscos à saúde e à segurança.

A iniciativa legislativa proposta pela autora é relevante e demonstra sensibilidade às transformações do cenário esportivo nacional, ao propor a regulamentação de atividades que envolvem orientação técnica especializada e acompanhamento profissional. No contexto das práticas esportivas, algumas funções têm se consolidado de forma estruturada, exigindo formação específica e responsabilidade técnica, o que justifica o debate sobre sua normatização legal.

Entre essas funções, destaca-se de forma mais clara a atuação do Treinador de Fisiculturismo, cuja ausência de regulamentação legal específica tem gerado insegurança jurídica e espaço para atuações informais, comprometendo a qualidade dos serviços prestados e, potencialmente, a saúde dos praticantes.

É importante ressaltar que o exercício das atividades do Treinador de Fisiculturismo pode implicar risco à saúde (art. 196 da CF), à integridade física e à segurança (art. 5º, caput, da CF) dos destinatários dos serviços prestados. Essa circunstância justifica, portanto, o estabelecimento de critérios e restrições legais ao exercício da atividade, em conformidade com os parâmetros fixados pelo Supremo Tribunal Federal (STF)¹, notadamente no que se refere à necessidade de regulamentação apenas nos casos em que houver risco concreto à coletividade.

¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 183, Tribunal Pleno. Relator: Ministro Alexandre de Moraes. Brasília, 18 nov. 2019. Disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=751377825>>. Acesso em: 22 abr. 2025.



O fisiculturismo se destaca como uma modalidade esportiva organizada, com estrutura federativa consolidada, calendário oficial de competições, regras padronizadas e exigências técnicas específicas. Reconhecido internacionalmente, o esporte é representado por diversas entidades, como NABBA, IFBB, WBBF, WFF, INBA e WNBF, todas com atuação no Brasil, além de federações estaduais e ligas regionais que movimentam atletas e treinadores em centenas de competições ao longo do ano. Trata-se de um segmento em franca expansão, com ampla adesão de praticantes e demanda crescente por profissionais qualificados para atuação técnica em alto nível. Nesse contexto, o reconhecimento e a regulamentação da profissão de treinador que atua especificamente no fisiculturismo mostram-se não apenas legítimos, mas necessários para garantir a segurança dos atletas, a qualidade das orientações técnicas e o fortalecimento institucional da modalidade.

Embora o Conselho Federal de Educação Física reconheça a Especialidade Profissional em Treinamento Resistido/Musculação (Resolução CONFEF nº 312/2015), essa regulamentação se refere exclusivamente à musculação, no contexto do condicionamento físico e da saúde. O fisiculturismo, por sua vez, possui características e exigências próprias, ainda não contempladas por norma legal específica, o que justifica a criação de um marco regulatório autônomo para o exercício da atividade de Treinador de Fisiculturismo de forma compatível com as exigências da modalidade e com os princípios da Lei Geral do Esporte.

Além disso, a prática do fisiculturismo, quando realizada sem a devida orientação, pode trazer sérios riscos à saúde. O uso inadequado de treinos, dietas e substâncias é uma realidade que já levou a inúmeros casos de complicações médicas, internações e até óbitos. Assim, a definição de critérios legais para o exercício da profissão é uma medida de proteção à integridade física dos praticantes e de valorização dos profissionais qualificados.

Considerando esse contexto e com o objetivo de aprimorar a técnica legislativa e assegurar a efetividade normativa, optamos por apresentar substitutivo que foca na regulamentação da profissão de Treinador de Fisiculturismo. Ao estabelecer requisitos claros de formação e exercício



profissional para essa categoria, o substitutivo fortalece o setor, valoriza os profissionais qualificados e protege os usuários da modalidade

Essa decisão foi adotada com base em critérios jurídicos e técnicos, especialmente à luz dos entendimentos do Supremo Tribunal Federal sobre a regulamentação profissional — que exige demonstração de risco à saúde pública e interesse coletivo como justificativas constitucionais (ADPF nº 183/DF).

Importa destacar que a musculação, por sua natureza mais ampla e inserida no escopo das atividades físicas regulares, já é objeto de regulamentação específica no âmbito da Educação Física, nos termos da Lei nº 9.696/1998 e das normativas do CONFEF, o que recomenda, do ponto de vista legislativo, evitar duplicidades normativas.

A concentração da proposta na figura do Treinador de Fisiculturismo não implica qualquer juízo de exclusão ou sobreposição em relação à musculação ou aos profissionais que atuam nessa área — cuja relevância para a promoção da saúde e o desenvolvimento físico é amplamente reconhecida. Trata-se de uma delimitação técnica, que visa garantir segurança jurídica à norma e contemplar uma categoria com identidade própria e atuação consolidada no cenário esportivo.

As alterações apresentadas no substitutivo visam, ainda, eliminar possíveis sobreposições com profissões já regulamentadas, definir com mais precisão o campo de atuação do treinador de fisiculturismo e garantir maior aplicabilidade prática à norma, com observância à técnica legislativa e à segurança jurídica. Destaco que as modificações fortalecem a proposição do ponto de vista técnico-legislativo e jurídico, assegurando maior clareza, segurança e aplicabilidade à norma.

Diante do exposto, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 21, de 2025, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado JULIO CESAR RIBEIRO
Relator



COMISSÃO DO ESPORTE

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 21, DE 2025

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Treinador de Fisiculturismo e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Treinador de Fisiculturismo em todo o território nacional.

§ 1º Para os fins desta Lei, aplicam-se as diretrizes de formação e competência profissional estabelecidas na Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, resguardadas as especificidades das modalidades esportivas de fisiculturismo.

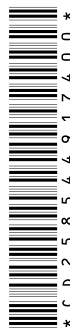
§ 2º O Treinador de Fisiculturismo está apto a orientar profissionais, filiados à confederação ou federação esportiva para a prática da modalidade, no que tange a orientação tática da modalidade.

Art. 2º Poderá habilitar-se ao exercício da profissão de Treinador e Fisiculturismo aquele que comprove uma das seguintes qualificações:

I - diploma de nível superior em Educação Física ou curso de Tecnologia conexo à Educação Física;

II - certificação expedida por entidade nacional fisiculturismo, em curso de Treinador de Fisiculturismo, ministrado por Confederação Nacional do Desporto da classe competente, com carga horária mínima de quinhentas horas de aula e realização de estágios práticos sob a supervisão de profissional de educação física;

III - experiência mínima comprovada de três anos como atleta profissional de fisiculturismo, mediante certificado fornecido por confederações ou federações.



Art. 3º Compete ao Treinador de Fisiculturismo:

I - orientar e acompanhar os atletas em competições e eventos, considerando as necessidades de cada indivíduo;

II - avaliar o desempenho físico e estrutural dos praticantes, identificando necessidades de aprimoramento e propondo estratégias adequadas de treinamento junto ao Profissional de Educação Física;

III - trabalhar em conformidade com as normas e regulamentos das entidades de fisiculturismo, observando os padrões éticos e técnicos estabelecidos.

Art. 4º São direitos do Treinador de Fisiculturismo:

I - receber remuneração justa pelo exercício de suas atividades, conforme estabelecido em contrato, observando-se o piso salarial da categoria, se houver;

II - exercer a profissão com liberdade, respeitando as normas éticas e regulamentações específicas de fisiculturismo;

III - ter acesso a programas de capacitação e atualização profissional, promovidos por órgãos públicos, confederações e federações esportivas;

IV - participar de associações ou entidades de classe que defendam os interesses da categoria;

Art. 5º São deveres do Treinador de Fisiculturismo:

I - exercer a profissão com ética, responsabilidade e respeito aos princípios desportivos e de bem-estar físico e mental;

II - assegurar que as atividades de treinamento respeitem a segurança, a saúde e o desenvolvimento emocional dos praticantes;

III - manter atualizados os conhecimentos técnicos e científicos aplicáveis às modalidades de fisiculturismo, buscando constante aperfeiçoamento;

IV - respeitar a legislação esportiva vigente, colaborando com as federações e confederações em caso de eventos oficiais.



Art. 6º O exercício da profissão de Treinador de Fisiculturismo sem a devida qualificação ou registro profissional constitui infração, sujeitando o infrator a sanções administrativas, conforme regulamentação específica.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado JULIO CESAR RIBEIRO
Relator

